



Universidade Federal do Pampa

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – CAMPUS JAGUARÃO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO**

AMANDA BUSCH DA SILVA

ECOTURISMO EM JAGUARÃO / RS

**JAGUARÃO
2017**

AMANDA BUSCH DA SILVA

ECOTURISMO EM JAGUARÃO / RS

Trabalho de Projeto Aplicado I apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo da Universidade Federal do Pampa - Campus Jaguarão

Orientador: Prof.º Me. Alexandre Caldeirão Carvalho

**JAGUARÃO
2017**

AMANDA BUSCH DA SILVA

ECOTURISMO EM JAGUARÃO / RS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial à obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão de Turismo.

Aprovado em de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. M.Sc. Alexandre Caldeirão Carvalho - Orientador
UNIPAMPA

Prof^a Patrícia Schneider Severo
UNIPAMPA

Prof^a Francielle de Lima
UNIPAMPA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais que incansavelmente me apoiaram nesta caminhada, estando presentes em todos os momentos, eles são minha maior motivação de ser melhor a cada dia e minha razão de viver. Com eles sou capaz de enfrentar qualquer desafio. Obrigada pelo companheirismo, pela confiança, e por serem o meu bem mais precioso, a minha família. Amo muito vocês.

O meio ambiente é tudo, não há como ficarmos fora dele, ele nos envolve por todos os lados, nós somos o meio ambiente, ele é, portanto, nosso, mais que qualquer outra coisa que acreditemos possuir (BEI, 2002, p. 9).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família que se faz presente em todos os momentos da minha vida, aos meus amigos que de uma forma ou outra me acudiram, aos meus colegas que iniciaram o curso e mesmo com todos os obstáculos não desistiram, aos professores que proporcionaram minha evolução na vida acadêmica em especial meu orientador Senhor Mestre Alexandre Caldeirão Carvalho e professora Mestre Juliana Rose Jasper que representou de forma excepcional o curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, e aos demais que enriqueceram não só minha vida pessoal como minha futura vida profissional.

RESUMO

O presente trabalho apresenta a preocupação com o meio ambiente, utilizando o ecoturismo como ferramenta de conservação para poder ser utilizado como forma de exploração sustentável dos recursos naturais. Por esta razão verificou-se a possibilidade da prática deste segmento no município de Jaguarão, para conscientização da população como forma de sensibilização e valorização do meio onde se vive. Foi realizada para execução deste projeto uma pesquisa bibliográfica, através de meios eletrônicos, artigos acadêmicos e livros no segmento de gestão ambiental para maior embasamento no assunto, e pesquisa de campo, de caráter exploratório para prática e busca de dados de todos os segmentos que são descritos e estudados no mesmo. Observou-se que é possível contribuir com o meio ambiente, através das atividades envolvidas no segmento de ecoturismo, acrescentando um novo olhar sobre a relação entre o homem e a natureza, incluindo no cotidiano as preocupações com o meio natural.

Palavras chave: Meio Ambiente; Ecoturismo; Instrumentos de Gestão; Jaguarão.

ABSTRACT

The present work presents the concern with the environment, using ecotourism as a conservation tool to be used as a way of sustainable exploitation of natural resources. For this reason it was possible to practice this segment in the municipality of Jaguarão, to raise awareness of the population as a way of sensitizing and valuing the environment in which they live. A bibliographical research was carried out through electronic means, academic articles and books in the environmental management segment for a better grounding in the subject, and field research, of an exploratory nature for practice and search of data of all the segments that are described and studied in it. It was observed that it is possible to contribute to the environment through the activities involved in the ecotourism segment, adding a new look at the relationship between man and nature, including daily concerns about the natural environment.

Key words: Environment; Ecotourism; Management Tools; Jaguarão.

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Cataratas Foz do Iguaçu..... | 26 |
| Figura 2 - Transporte interno no Parque Nacional do Iguaçu | 27 |
| Figura 3 - Araras do Parque das Aves | 28 |
| Figura 4- Parque das Aves..... | 29 |
| Figura 5 - Arquipélago Fernando de Noronha..... | 32 |
| Figura 6- Golfinhos em Fernando de Noronha..... | 33 |
| Figura 7 - Fauna Marinha - Tartaruga | 33 |
| Figura 8 - Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha | 34 |
| Figura 9 - Lancha do empresário | 40 |
| Figura 10 - Logo marca da empresa | 40 |
| Figura 11 - Passeio realizado com amigos | 41 |
| Figura 12 - Localização Estabelecimento Procedência | 42 |
| Figura 13 - Açude no Estabelecimento Procedência | 43 |
| Figura 14 – Horta maior | 43 |
| Figura 15 – Horta coberta..... | 44 |
| Figura 16 - Caixas de Abelhas..... | 44 |
| Figura 17 – Foto aérea propriedade no ano de 2012 | 45 |
| Figura 18 – Registro de contato com ovelha | 46 |
| Figura 19 - Localização Chácara das Acácias | 48 |
| Figura 20 - Horta da Chácara | 48 |
| Figura 21 - Área da piscina..... | 49 |
| Figura 22 - Açude | 49 |
| Figura 23 - Doces caseiros da chácara | 50 |
| Figura 24 - Vasinhos com plantas ornamentais..... | 51 |
| Figura 25- Casa Moradia Chácara das Acácias | 52 |
| Figura 26- Lagoa Mirim | 55 |
| Figura 27 - Percurso no Rio Jaguarão | 56 |
| Figura 28 - Parte da área Chácara das Acácias..... | 56 |
| Figura 29 - Parte da área do Estabelecimento Procedência..... | 57 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Comparativo das diferenças entre as propriedades | 53 |
| Quadro 2 - Atividades pretendidas por propriedade | 53 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1. METODOLOGIA..... | 14 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 16 |
| 2.1. INSTRUMENTOS DE GESTÃO | 18 |
| 2.2. Turismo Náutico | 20 |
| 2.3. Turismo Rural..... | 21 |
| 2.4. Turismo de Observação | 23 |
| 3. EXPERIÊNCIAS DE SUCESSO COM ECOTURISMO..... | 25 |
| 3.1. Parque Nacional do Iguaçu (PNI)..... | 25 |
| 3.2. Parque das Aves Foz Tropicana | 27 |
| 3.2.1 Parcerias do Parque..... | 30 |
| 3.3. Arquipélago de Fernando de Noronha..... | 31 |
| 4. Aplicabilidade dos instrumentos de gestão para a realidade jaguarense | 35 |
| 5. ADAPTAÇÃO DAS PROPOSTAS ESTUDADAS PARA A REALIDADE JAGUARENSE | 36 |
| 5.1. Turismo Náutico | 37 |
| 5.2 Turismo Rural..... | 41 |
| 5.2.1. Estabelecimento Procedência | 41 |
| 5.2.1. Chácara das Acácias | 47 |
| 5.3. Turismo de Observação | 54 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 57 |
| 7. REFERÊNCIAS | 60 |

INTRODUÇÃO

A maioria das pessoas quando fala em meio ambiente, pensa em florestas, animais silvestres, regiões polares e todos os lugares selvagens, distantes de suas casas e onde a ação humana ainda não se impôs. Mas será que o conceito de meio ambiente vale só para essas áreas? Porque não pensamos em locais mais próximos de onde vivemos? O que dizer das áreas onde construímos nossas casas? Não havia mata ali antes?

O local onde moramos já foi um local cheio de plantas e animais que já não estão mais lá. Atualmente alguns deles existem em números reduzidos e estão protegidos em lugares especiais, chamados Unidades de Conservação (UCs), ou em áreas particulares, que por algum motivo ainda não foram transformadas (BEI, 2002).

Porém a natureza está muito mais perto do que imaginamos, estamos interagindo com ela o tempo todo; com a água, os alimentos e todas as coisas que estão circulando pela biosfera continuamente, o que respiramos e ingerimos faz parte do nosso corpo, influenciando nossos pensamentos e ações, nesta perspectiva podemos considerar que o meio ambiente começa no nosso corpo.

Devido à poluição, ao uso excessivo de substâncias químicas, entre outros impactos causados pela ação humana, é que estamos modificando a forma e a velocidade com que tais elementos circulam na biosfera (BEI, 2002).

Em meio ao caos existente no nosso cotidiano, muitas vezes não paramos para pensar em pequenas atitudes rotineiras que acabam prejudicando o meio em que vivemos. Não é de hoje que percebemos que o nosso planeta está passando por transformações, onde cada escolha que tomamos no nosso dia a dia se transforma numa consequência no meio natural. Infelizmente estas escolhas têm sido agressivas e prejudiciais ao planeta, acelerando ainda mais o processo de depredação e extinção dos nossos recursos naturais, como podemos observar em muitos estudos ligados a esta questão.

Essa é a motivação que impulsiona a escolha do tema deste projeto aplicado, a preocupação com o planeta. Isso me levou a pensar no turismo como uma ferramenta de conservação, para que possa ser utilizado como forma de exploração sustentável dos recursos naturais.

No turismo estas ações de depredação são muito visíveis, pois vários indivíduos que transitam pela prática do turismo não agem da forma correta e danificam o local visitado. Não

apenas por uma falta de educação ou informação a respeito das formas menos agressivas de tratar o meio onde se vive, mas também a causa da falta de conhecimento sobre como se comportar na localidade.

Diante disto, este projeto apresentará propostas de atividades turísticas de baixo impacto ao ambiente natural, conduzindo os moradores e os turistas a uma sensibilização sobre sustentabilidade e seus desafios, incentivando a conservação do ambiente e buscando a formação de uma consciência ambiental através da interpretação do ambiente, utilizando como ferramenta o ecoturismo.

PROBLEMA

Nesse sentido o presente estudo propõe a questão: Existe a possibilidade de implantação de processos ligados ao Ecoturismo em Jaguarão de forma a conscientizar a população e os visitantes a respeito da necessidade de conservação do bioma pampa e da bacia do Rio Jaguarão?

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Verificar a possibilidade de desenvolver atividades de ecoturismo no município de Jaguarão.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Verificar experiências de sucesso de ecoturismo.
- b) Mapear áreas de interesse para o ecoturismo no município de Jaguarão.
- c) Traduzir as propostas estudadas para a realidade jaguareense.

1. METODOLOGIA

Para Minayo (1993, p.23), desde uma perspectiva mais filosófica, a pesquisa pode ser considerada como uma “atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”.

Para Gil (1999, p.42), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se têm informações para solucioná-lo (SILVA, 2005, p. 138).

A partir de um ponto de vista da natureza, o presente projeto pode ser classificado como uma pesquisa aplicada, pois “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (SILVA, 2005, p. 20).

Desde uma perspectiva formal, ou seja, da forma de abordagem do problema, ainda segundo Silva (2005) podemos classificar este trabalho como uma pesquisa qualitativa, aquela onde “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Já do ponto de vista dos seus objetivos a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, aquela que “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” e exploratória, pois “visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses”.

Neste projeto em primeiro lugar, foi realizada a pesquisa bibliográfica, através de meios eletrônicos, artigos acadêmicos e livros no segmento de gestão ambiental para maior embasamento, e em segundo lugar foi feita a parte de pesquisa de campo, de caráter

exploratório para prática e busca de dados de todos os segmentos que são descritos e estudados neste projeto.

As principais fontes utilizadas neste projeto para aprofundamento do tema e embasamento sobre o meio natural foram o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Zoneamento ecológico e econômico (ZEE) e Ministério do Turismo (MTUR), todos acessados via meios eletrônicos. Os principais e mais citados autores são GORINI (2006), apresentando noções básicas sobre os serviços e atrativos turísticos em áreas naturais e ROCHA (2013), apresentando uma visão da sustentabilidade a partir do estruturalismo.

Para a realização da pesquisa de campo, foram empregadas entrevistas semiestruturadas, buscando obter maiores informações no meio rural e possibilidades para prática de turismo no mesmo, neste sentido foram entrevistadas a Senhora Josiane Rodrigues Marinho Caldas, proprietária do Estabelecimento Procedência e o Senhor Marcelo Lagreca Dias da Costa, dono da propriedade Chácara das Acácias.

No segmento de turismo náutico realizou-se também uma entrevista semiestruturada com o Senhor Tibério Marques Schorn da Silva, proprietário de um empreendimento para prática de turismo náutico. Nesse contato buscou-se o conhecimento da aplicabilidade e desenvolvimento atual do projeto “Roteiro de Turismo Náutico no Rio Jaguarão/RS” elaborado no ano de 2012.

As entrevistas foram realizadas com estas pessoas por questões de acessibilidade e conveniência, chegando nessas escolhas pela temática do projeto e pela contribuição que poderiam atribuir ao mesmo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O turismo, tal como era entendido até bem pouco tempo atrás, vem sofrendo mudanças significativas. O longo período de férias, em família ou entre amigos, desfrutando-se do verão em algum destino de sol e praia está perdendo adeptos.

Segundo um informe da Organização Mundial do Turismo (OMT, 1999) novas tendências estão surgindo na prática do turismo e do lazer, determinadas por fatores como: interesse crescente por questões relativas ao meio ambiente, em particular pela qualidade ambiental do lugar nos destinos turísticos; aumento por parte dos turistas na procura de experiências mais autênticas e de convívio com o modo de vida e costumes locais; necessidade emergente de práticas de lazer mais saudáveis; demanda crescente por tranquilidade e relaxamento que a vida no campo oferece; em contraste com o estresse da vida urbana; interesse maior em cuidar da saúde física e mental e, portanto, de férias mais ativas; principalmente ligados ao meio rural e à natureza (SILVEIRA, 2001).

Porém segundo Tulik (1993), nem todos os recursos naturais têm o mesmo grau de atratividade, pois este vai depender, numa primeira instância, do encontro entre o recurso e a percepção do turista e, também, dos interessados pela sua promoção e divulgação. Todavia, o grau de atratividade de um recurso turístico natural nem sempre está em correlação com a magnitude intrínseca que ele detém, mas vai depender da capacidade de seus promotores em transformá-lo numa atração.

Uma tendência contemporânea observada no Brasil é o despertar do turismo náutico, que engloba a navegação recreativa, até agora reservado a uma minoria, muito embora compreenda práticas individuais e coletivas que poderiam ser dirigidas a demandas de diferentes níveis socioeconômicos.

O turismo náutico (TULIK, 1993 *apud* VIZCARRA, 1990), que envolve a propriedade de embarcações, exige custos elevados para a construção de instalações náuticas, como marinas e portos de recreio, além de serviços como postos de mecânica e de abastecimento, alojamentos, reparo de embarcações, restaurantes, lojas de produtos náuticos, estacionamento, vestiários etc. Além disso, envolve o poder público, uma vez que necessita de regulamentação e espaços específicos.

Atualmente, os esforços estão dirigidos para a construção de marinas, pois a falta de local adequado para guardar as embarcações vem sendo apontada como responsável pela

retração das vendas. Isto se explica pelo atraso no desenvolvimento do turismo náutico, não apenas em virtude do alto custo dos equipamentos específicos, serviços e infraestrutura necessários para a prática e implantação desta modalidade, mas também pela falta de tradição marítima no Brasil.

Em meio aos recursos naturais, temos também a prática do turismo de observação, uma atividade turística que segue a vertente contemplativa do ecoturismo. O mercado primário do ecoturismo caracteriza-se por indivíduos oriundos, em particular, dos países considerados como maiores produtores de turismo (USA, Canadá, Austrália, Alemanha, Reino Unido), conscientes da necessidade de preservar os escassos recursos ambientais existentes e que procuram, enquanto destino para as suas viagens, locais onde a intervenção humana seja reduzida no sentido de aproveitar a beleza paisagística natural.

No que se refere à questão da liberdade e do entendimento que se faz dos impactos individuais sobre o meio natural e social e às possíveis consequências negativas, cumulativas desses impactos, interessa não somente aos ecoturistas, bem como aos gestores dessas áreas no sentido de definir práticas de visitação para as mesmas. Dessa forma, o ecoturista pode apreciar uma área natural em bom estado de conservação e os gestores preservar e conservar tal área (DIAS, 2010).

Sendo assim, se busca um melhor ordenamento do ambiente urbano, tendo como principal objetivo a qualidade de vida da população, melhora na mobilidade urbana, diminuição da poluição sonora e atmosférica, descarte correto dos resíduos, economia de água e todos os benefícios presentes e futuros que uma cidade sustentável pode oferecer.

Neste sentido é essencial que se tenha um zoneamento ecológico, onde temos uma das opções de instrumento do planejamento urbano, caracterizado pela aplicação de um sistema legislativo, que procura regular o uso e ocupação do solo urbano por parte dos agentes de produção do espaço urbano. Consequentemente o zoneamento ambiental é um método de proteção a territórios particulares.

No Brasil, o Zoneamento Ambiental foi instituído através da lei federal 6.928, em 31 de agosto de 1991, nela se definiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), onde deve ser utilizada para suprir várias necessidades, dentre elas se encontra o zoneamento ambiental. Somente 21 anos depois da aprovação da lei que foi regulamentado o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) através do Decreto nº 4.297, em 10 de julho de 2002. Com a

regulamentação, o Zoneamento Ambiental passou a ser denominado Zoneamento Ecológico-Econômico.

O ZEE é um conjunto de regras para o uso dos recursos ambientais estabelecido por zonas que possuem padrões de paisagem semelhantes. Ele também é um instrumento de planejamento e gestão dos municípios, estes são capazes de reconhecer que a manutenção da qualidade ambiental da região também é um elemento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico a longo prazo.

A preservação dos importantes ecossistemas da região só será possível se essa preocupação for incorporada ao cotidiano dos municípios através dos sistemas de gestão pública, comunidade e leis municipais, colocando de forma planejada e ordenada num futuro plano diretor (FEPAM).

Pensando em um aspecto mais conceitual na análise do ambiente adotada pela ótica da Geografia, segundo Suertegaray (2005), o “homem” se inclui não como ser naturalizado, mas como um ser social produto e produtor de várias tensões ambientais. Já no conceito de território Gass e Verdum (2016) definem que se deve compreender a relação sociedade-natureza, como uma tentativa de superar o tratamento frequentemente “naturalizado” dessa relação.

Andrade (1996) comenta que o conceito de território, uma vez ligado à ideia de domínio e gestão, não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, envolvendo poder e, por conseguinte um critério político. O zoneamento deve criar, assim, um modelo territorial que distribua as atividades no território em função das limitações, vulnerabilidades e fragilidades naturais, bem como dos riscos e potencialidades de uso (MMA, 2001).

2.1. INSTRUMENTOS DE GESTÃO

A ação do homem no meio gera diversas modificações no ambiente natural, estas atividades humanas geram consequências drásticas como a fragmentação de áreas naturais, provocadas pelos diferentes usos da terra estabelecidos nos espaços entre as partes naturais restantes.

A paisagem resultante destas modificações provocadas pelo ser humano compromete a ligação entre essas áreas naturais restantes, dificultando o trânsito das populações de diversas espécies, gerando obstáculos para as atividades vitais, como reprodução e alimentação, sucedendo na extinção de espécies e de sistemas naturais.

Por diversas questões ocasionadas pelo homem e pelo tempo, os instrumentos de gestão territorial mostram uma alternativa para compatibilizar a ocupação humana com a conservação da biodiversidade. Segundo visto no ministério do meio ambiente (MMA), eles visam garantir a sobrevivência humana, por meios de ações no território, envolvendo as unidades de conservação (UC) e seu entorno, além de áreas protegidas e as áreas modificadas pela ação do homem. Esses instrumentos quando aplicados no contexto regional fortalecem a gestão das áreas protegidas, ordenam o território e compatibilizam a presença da biodiversidade, a valorização da sociobiodiversidade e as práticas de desenvolvimento sustentável (MMA).

As unidades de conservação (UCs) são um tipo especial de área protegida, ou seja, espaços territoriais (incluindo seus recursos ambientais e as águas jurisdicionais) com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Foi concebido de forma a potencializar o papel das UC, para que sejam planejadas e administradas de forma integrada com as demais unidades, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), assegurando que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas estejam adequadamente representadas no território nacional e nas águas jurisdicionais.

O SNUC (LEI 9.985/2000) é, portanto, o conjunto de unidade de conservação (UC) federais, estaduais e municipais, composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto a forma de proteção e usos permitidos: aqueles que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conversadas ao mesmo tempo.

Além disso, a visão estratégica do SNUC oferece aos tomadores de decisões e possibilita às unidades não somente a conservação dos ecossistemas e a biodiversidade, mas também a geração de renda, emprego e desenvolvimento que propiciem uma melhora na qualidade de vida das populações locais e do Brasil como um todo. (MMA)

Com a criação da lei do SNUC foi disponibilizado aos órgãos gestores três instrumentos de gestão territorial, são eles: Corredores Ecológicos, Mosaicos e Reservas da

Biosfera. Além deles existem os instrumentos de gestão de áreas protegidas, como os Sítios do Patrimônio Natural ¹e Sítio Ramsar².

A maior parte das áreas protegidas do mundo foi criada, entretanto, entre as décadas de 1960 e 1980, sob um cenário de forte crescimento das populações e do aumento das pressões sobre o meio ambiente, em decorrência da crescente urbanização, da expansão da agricultura, da extração e do manejo florestal, assim como da extração mineral.

Tais pressões implicaram em um maior reconhecimento da importância das áreas protegidas e da preservação da biodiversidade, já que os benefícios fundamentais derivados da conservação da natureza são, em sua maior parte, intangíveis, relacionados com recreação, bem-estar físico e o valor intrínseco da própria natureza (TERBORGH, 2002 *apud* GORINI, 2006, p.175).

As áreas protegidas englobam não somente as unidades de conservação, mas também os órgãos gestores, mosaicos, corredores ecológicos, espaços considerados essenciais, do ponto de vista econômico, por conservarem a sociobiodiversidade, além de serem provedores de serviços ambientais e geradores de oportunidade de negócios.

Para a viabilização da manutenção e conservação de todas as áreas protegidas, o governo utiliza vários meios de estratégia política, contidas em diferentes ferramentas, como o Cadastro Nacional de UCs, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e programas e projetos de alcance nacional.

2.2. Turismo Náutico

A atividade náutica, quando atrelada ao turismo, possui características que a diferenciam do simples ato de navegação. O Turismo Náutico, portanto, não se configura pela

¹ Sítios do Patrimônio Natural são utilizados para proteção das obras e áreas de grande interesse para a história da terra ou da cultura da humanidade. Fonte: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao/s%C3%ADtios-do-patrim%C3%B4nio>

² Sítio Ramsar objetiva manter suas características ecológicas - os elementos da biodiversidade, bem como os processos que os mantêm - e deve atribuir prioridade para sua consolidação diante de outras áreas protegidas. Fonte: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao/s%C3%ADtios-ramsar>

utilização da embarcação como simples meio de transporte, mas como principal motivador da prática turística.

Por possuir cerca de 8.500 km de linha de costa, 35 mil km de vias internas navegáveis, 9.260 km de margens de reservatórios de água doce, lagos e lagoas, ser banhado por correntes oceânicas favoráveis à navegação, contar com um clima propício ao esporte e ao lazer náutico e apresentar uma infinidade de paraísos naturais intocados, o Brasil apresenta um dos maiores potenciais de desenvolvimento do Turismo Náutico do mundo (MTUR, 2010).

Para a estruturação de um produto turístico, bem como sua promoção e comercialização, alguns pontos essenciais merecem ser revistos. A elaboração de um plano de ação, detalhando as ações de estruturação, capacitação, captação de investimentos, entre várias outras necessárias para o desenvolvimento de produtos e roteiros, permite, de forma planejada, o lucro e a sustentabilidade do negócio (MTUR, 2010).

Realizar uma viagem ativa em contato com a água e no caso dos barcos à vela também com o sistema de ventos das regiões visitadas. Desfrutar de autonomia e liberdade, já que reúnem no mesmo equipamento (o barco) a moradia/estadia e o meio de transporte, podendo alterar roteiros e tempo de permanência de acordo com os próprios interesses e necessidades. A preservação da natureza, riqueza cultural e gastronomia são fatores que agregam valor e influenciam fortemente no momento da escolha do destino, assim como a possibilidade de realizar atividades náuticas, em lazer ou em competição (MTUR, 2010).

2.3. Turismo Rural

Segundo Beni (2001) alguns autores se referem ao deslocamento de pessoas ao espaço rural, com roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite para a fruição dos cenários e instalações rurícolas como sendo turismo no espaço rural; isto serve para incluir o agroturismo. Ele prefere dizer que o turismo rural apresenta características próprias bem definidas, tendo suas origens em duas vertentes: uma internacional, já encampada no Brasil, onde o desenvolvimento da oferta de serviços no meio rural surge como alternativa de

aumento da renda, agregação de valor à propriedade e fixação do homem ao campo e uma segunda, residente naquelas propriedades não produtivas com valor histórico-patrimonial e patrimonial, capazes de absorver uma demanda diferencial e inclui nesta vertente os modernos hotéis-fazenda e os acampamentos de férias.

Para Rafael Fuentes (*apud* MARTINEZ E MONZONÍS, 2000, p.10) a definição de turismo rural pode ser traduzida naquela capaz de unir as características da oferta e a motivação de demanda. Assim ele define como sendo “a atividade turística realizada no espaço rural, composta por uma oferta integrada ao ócio, dirigida para uma demanda, cuja motivação principal é o contato com o entorno autóctone e que tenha inter-relações com a sociedade local” (VEZZANI, 2008, p. 32).

O turismo no espaço rural brasileiro é recente e ainda se confunde em múltiplos conceitos, como turismo de interior, o agroturismo, o turismo alternativo, endógeno, turismo verde, ecoturismo, turismo de rotas agrícolas, roteiros ou circuitos no meio rural, pesque-pague, entre outros. Desta forma, pode-se entender esta prática como toda maneira turística de visitar e conhecer o ambiente rural, enquanto se resgata e valoriza a cultura regional. Trata-se de uma atividade capaz de integrar-se ao processo produtivo cotidiano da propriedade rural, como a pecuária leiteira, o plantio do milho, entre outras.

Além disso, permite também a integração e o fortalecimento de novas atividades agropecuárias como o cultivo de ervas medicinais e a criação de animais silvestres (javali, capivara, avestruz, aves exóticas, etc.), que são ao mesmo tempo atrações turísticas e fontes de renda a serem consideradas. Ressalta-se, baseado em Almeida e Blos (1998), que o turismo no espaço rural pode incrementar as coletividades locais, sem suprimir a atividade agrícola tradicional (ROQUE, 2011).

Seus elementos básicos são o atendimento familiar e personalizado, a preservação das raízes culturais e da autenticidade local, a qualidade, o envolvimento da comunidade e a preservação do meio natural. O turismo rural implica no conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, cuja temática esteja relacionada com a produção agropecuária. Por sua vez, o turismo no espaço rural (TER), engloba a totalidade dos movimentos turísticos

que se desenvolvem no mesmo, sendo o rural apenas o meio físico para realização de atividades de ócio e fruição dos turistas (JASPER, 2012).

2.4. Turismo de Observação

O turismo de observação segundo o que é apresentado pelo Programa Ambiental “A Última Arca de Noé”, vem a ser o segmento do ecoturismo onde o ecoturista desloca-se a uma área natural e passa a observar suas belezas, contemplando-as ou especificamente algum ou alguns de seus elementos como aves, mamíferos, peixes, borboletas, entre outras diversas espécies (SANTOS, 1999).

O turismo de natureza ou em áreas naturais cresceu de tal forma que as atividades disponibilizadas aos turistas estão cada vez mais diversificadas. Tanto que, atualmente o turista não se contenta apenas com uma caminhada ou percurso pedestre no meio natural. As caminhadas em meio natural ganharam um novo sentido e novas interpretações, e para que isso ocorra é preciso que informações mais detalhadas sejam passadas a estes visitantes de áreas naturais ávidos por conhecimento (DIAS, 2010).

Essa forma de prática de turismo originou-se do “safári fotográfico”, o qual iniciou-se na década de 70 e é ainda muito comum no continente africano, onde a mastofauna (ramo da zoologia que estuda os mamíferos) permite melhores registros fotográficos.

Todavia um dos fatores principais que propicia o desenvolvimento do turismo de observação é o aumento da conscientização ecológica, o que leva a preservação de áreas naturais, gerando uma vasta gama de oportunidades para esse tipo de atividades (SANTOS, 1999).

Esse tipo de turismo está dividido em três segmentos; observação de aves (*birdwhatching* ou *birding*), observação de paisagens – Natureza (*Landscape watching*) e observação de baleia e golfinhos (*Whale Whatching*).

No presente trabalho detalhar-se-ão os dois primeiros em função da indisponibilidade de implantação da terceira modalidade em Jaguarão, uma vez que não há fauna dessa espécie no município.

a. Observação de aves

É talvez a mais antiga e mais difundida, sendo muito desenvolvida nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Espanha e Japão, calculando-se que existam cerca de 80 milhões de “birdwatchers” pelo mundo. O que representa um enorme potencial econômico, se considerarmos que os praticantes pertencem na sua grande maioria a países desenvolvidos e conseqüentemente com poder aquisitivo para viagens internacionais.

b. Observação de paisagens

O aumento da poluição mundial e/ou o desaparecimento das áreas naturais de grande beleza cênica tornam valiosos os últimos remanescentes com estas características, já que está ficando cada vez mais difícil encontrar locais de grande beleza para ser admirado. Em razão dessa redução dos locais de beleza natural, está se tornando muito comum encontrar pessoas interessadas em visitar locais naturais “intocados” como uma cachoeira, um vale, um rio entre outros, apenas para admirá-los, pois a sensação de beleza aliada à raridade da paisagem ou cena natural são fatores atrativos, ao mesmo tempo que valorizam o local, pois os turistas acabam procurando-os.

Assim, com o aumento da degradação e da conscientização, sensibilidade ambiental está surgindo esta nova forma de turismo, o turismo de observação de paisagens.

O turismo de observação tem muitas vantagens, como por exemplo:

- É uma atividade que se bem planejada produz o mínimo impacto possível;
- Tem caráter educativo;
- Pode ser praticado por pessoas de qualquer idade;
- Traz renda para regiões naturais que têm pouca possibilidade de desenvolver as atividades econômicas tradicionais;

- Emprega a massa rural dando oportunidade de desenvolvimento pessoal, criando ainda novas atividades profissionais como biólogos especializados, guias especializados;
- Colabora com os princípios do desenvolvimento sustentável.
-

3. EXPERIÊNCIAS DE SUCESSO COM ECOTURISMO

O turismo baseado em natureza e na vida selvagem pode tornar-se uma peça importante no crescimento econômico e na geração de empregos em países em desenvolvimento. Mas isso só acontece se os governos alocarem dinheiro suficiente para proteger a vida selvagem, manter adequadamente as rodovias e outras infraestruturas de turismo e efetivamente fortalecer mecanismos contra atividades ilegais de extração de madeira, caça, pesca e agricultura dentro das áreas protegidas (TERBORGH *et al.*, 2002, p. 395).

3.1. Parque Nacional do Iguaçu (PNI)

O Parque Nacional do Iguaçu (PNI), com 185.262 hectares, representa a maior área remanescente de mata atlântica no Brasil. Embora criado em 1939, só em 1967 foram iniciados os trabalhos de levantamento fundiário e de demarcação dos limites, com identificação das propriedades, sua situação legal e as benfeitorias existentes. Hoje a situação fundiária do PNI está praticamente resolvida, restando apenas alguns ocupantes particulares em ilhas do Rio Iguaçu.

As Cataratas do Iguaçu são o grande atrativo turístico do parque, o que, por si só, explica o grande número de visitantes – principalmente se comparado à maioria dos parques nacionais brasileiros – e sua situação diferenciada do ponto de vista da sustentabilidade financeira. Assim, o fato de o PNI ter se tornado pioneiro no Brasil na concessão de serviços e atrativos turísticos está fortemente ligado à presença das cataratas e à atração que elas exercem.

No ano de 2016 tive a oportunidade de conhecer o PNI, podendo conseqüentemente contemplar as belezas naturais do mesmo, e seu grande atrativo turístico, as cataratas do

Iguaçu. Com esta experiência foi possível compreender melhor um exemplo macro e visualizar o sucesso que esta área atingiu em prol das atividades turísticas, além da ligação entre turista e natureza que nos concede a sensação de paz e tranquilidade.

Figura 1 - Cataratas Foz do Iguaçu



Fonte: A Autora (2016)

A revitalização do Parque Nacional do Iguaçu a partir de 1999 abrangeu o desenvolvimento e a implantação de espaços e atividades. Dentre as principais delas fazem parte o Programa de Uso Público, esse programa tem como objetivo implementar novas atividades para o parque, voltadas à recreação, interpretação e educação ambiental, grande parte delas desenvolvidas por empresas concessionárias, sob monitoramento do Ibama.

A implantação do programa descrito só foi possível pelo fato do parque ter reunido um conjunto de condições adequadas: maturidade do seu plano de manejo; viabilidade econômica, equacionamento da questão fundiária, assim como da estrutura antiga de contratos permissionários, o que permitiu a implantação do novo modelo de concessões, e boa infraestrutura externa de acesso ao parque (GORINI, 2006).

Por meio dos investimentos privados, priorizou-se o estabelecimento de um novo padrão de atendimento ao visitante e obteve-se uma significativa melhoria na infraestrutura turística do parque. Resumidamente, tais investimentos disponibilizaram melhores condições de acesso ao PNI – com a construção de estacionamento, centro de visitantes e área de

exposição ambiental – e maior gama de atividades de lazer e aventura, incluindo novos passeios/trilhas, restaurantes e lanchonetes, além de pontos de venda de produtos característicos do PNI e dos municípios onde está situado. Também introduziu-se o sistema de transporte interno, com uma linha de ônibus ligando as atrações do parque, o que contribuiu para diminuir a poluição do ar e evitar o atropelamento de animais silvestres.

Figura 2 - Transporte interno no Parque Nacional do Iguaçu



Fonte: Luz Hotel (2016)

Sobressaem-se sempre a importância das unidades de conservação e seu papel fundamental na preservação da biodiversidade e na prestação de serviços ambientais imprescindíveis à sociedade, cabendo destacar a manutenção de processos ecológicos essenciais e suas consequências positivas para a qualidade de vida dos seres humanos, que, dessa forma, tornam-se ativos intangíveis (GORINI, 2006).

3.2. Parque das Aves Foz Tropicana

O Parque das Aves Foz Tropicana é um empreendimento privado, criado em 1994. Opera fora dos limites do PNI, próximo ao seu portão principal. Foi construído com o objetivo de oferecer condições para a reprodução dos animais, além de garantir a preservação dos 16 hectares de mata atlântica nativa onde fica situado. Atualmente, o parque recebe visitantes para observação de fauna em viveiros especiais construídos no meio da mata, que reproduzem o hábitat original dos animais, com árvores e rochas (naturais e artificiais), além

de ninhos com sistema de vídeo para monitoramento dos animais. O empreendimento conta hoje com 21 setores, separados em viveiros coletivos, conjunto de viveiros (grandes gaiolas) e viveiros de reprodução. Alguns desses permitem que os visitantes tenham contato direto com aves como papagaios e araras, sendo a entrada permitida aos turistas. O parque abriga aproximadamente 140 espécies de animais – majoritariamente aves, assim como algumas espécies de répteis e borboletas – e tem uma população global próxima a 1.100 indivíduos (GORINI, 2006).

Figura 3 - Araras do Parque das Aves



Fonte: A Autora (2016)

O Parque das Aves começou no sudoeste da África, em uma cidade costeira na Namíbia, onde a família Croukamp ganhou um filhote de Papagaio-do-Congo, o qual logo despertou o amor pelas aves em Dennis Croukamp. Anos depois, a família mudou-se e um amigo sugeriu a Dennis que se mudassem para Foz do Iguaçu para construir um parque de crocodilos. Dennis replicou: “Eu gosto de aves. Iremos criar um Parque das Aves”. Aliado a seus amigos, Dennis viajou para o Brasil e, após receber todas as licenças necessárias, adquiriu 16 hectares de floresta subtropical entre o rio Iguaçu e a rodovia que leva às Cataratas do Iguaçu, ao lado de onde hoje fica o Parque Nacional do Iguaçu. Sua esposa Anna, médica-veterinária, adquiriu uma cópia do livro "Português em três meses" e estudou nossa língua.

O primeiro desafio foi remover do terreno as toneladas de detritos acumulados ao longo dos anos. Toda vegetação invasora foi retirada e, em seu lugar, foram plantadas centenas de árvores nativas. O prédio administrativo, a loja e a lanchonete foram construídos por um empreiteiro. Anna adentrou na mata fechada em busca dos lugares ideais para os recintos e criou trilhas pela floresta para uni-los. Graças ao esforço de diversas pessoas que se uniram à causa, o Parque ganhava forma. Em 1º de novembro de 1993, Dennis e Anna começaram a construção do que se tornaria o Parque das Aves.

As primeiras aves chegaram a partir de doações ou empréstimos de zoológicos brasileiros; animais confiscados foram enviados pelo Ibama. Espécies subtropicais de todos os continentes foram importadas. O borboletário nasceu da vinda de outro amigo da família Croukamp para Foz do Iguaçu. O Parque das Aves foi inaugurado no dia 7 de outubro de 1994, 11 meses após Dennis e Anna terem desembarcado no Brasil. Desde então, o Parque não para de crescer graças a um time de brasileiros que se dedica a continuar os sonhos de Dennis. Atualmente o Parque das Aves é o maior parque de aves da América Latina.

Figura 4- Parque das Aves



Fonte: A autora (2016)

3.2.1 Parcerias do Parque

O parque além de desenvolver seus próprios projetos de pesquisa também oferece auxílio técnico e financeiro para projetos desenvolvidos em todo o Brasil. Alguns dos projetos apoiados são:

a. Parceria ICMBio

Parceiros do Instituto Brasileiro de Conservação da Biodiversidade realizam implementações de Planos de Ação Nacional para Espécies Ameaçadas.

b. Plano de Ação Nacional para Conservação dos Papagaios da Mata Atlântica

Responsáveis pela captação de recursos, no Brasil e no exterior, para implementar campanhas regionais de conscientização para conservação de espécies-alvo do Plano de Ação Nacional para Conservação dos Papagaios da Mata Atlântica. Também convidados para elaborar, iniciar e coordenar programas de reprodução em cativeiro para papagaio-da-cara-roxa e o papagaio-do-peito-roxo.

c. Plano de Ação Nacional para a Conservação da Ararinha-Azul

O parque é membro deste grupo assessor, para ser colaborador em ações para o manejo da população destas aves em cativeiro e também para reintrodução da espécie na natureza.

d. Projeto Carnívoros do Iguaçu

Sempre que solicitado, o parque oferece apoio técnico ao Projeto, desenvolvido pelo ICMBio no Parque Nacional do Iguaçu.

e. Apoio Financeiro a Projetos de Pesquisa

O Parque ajuda financeiramente projetos de pesquisa em conservação da biodiversidade como, por exemplo, o Projeto Papagaio Verdadeiro, desenvolvido no Mato Grosso do Sul pela Dra. Gláucia Seixas, o Parque colabora com seu financiamento desde 1997.

Fora as organizações de eventos científicos, como o 1º Simpósio Internacional sobre Conservação das Aves, evento realizado no ano de 2012, em Foz do Iguaçu, Paraná. O evento

com 16 palestrantes do Brasil, Argentina, Porto Rico e Estados Unidos. E por último e não menos importante o 39º Congresso da Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil, realizado em 2015 (PARQUE DAS AVES, 2016).

3.3. Arquipélago de Fernando de Noronha

O arquipélago de Fernando de Noronha, também conhecido com a “Esmeralda do Atlântico” devido à coloração esverdeada de suas águas, se estabeleceu como um dos roteiros turísticos mais procurados devido às suas belezas naturais exuberantes. Desde o início da década de 1980, o turismo tem sido incrementado na ilha e a preocupação com a conservação desse patrimônio natural foi implementada tornando o lugar uma Área de Proteção Ambiental (APA) e Parque Nacional Marinho (ROCHA, 2013).

Pela existência da natureza exuberante no arquipélago o principal atrativo turístico é o mar. Localizado a 380 km de Natal e a 545 km de Recife, Fernando de Noronha é uma formação vulcânica formada há milhões de anos, isolada no Atlântico Equatorial Sul, sendo sua ilha principal a parte visível de cadeia de montanhas submersas (Dorsal Mediana do Atlântico). Correspondendo a 70% da área total do Arquipélago, é um parque Nacional Marinho desde 1988. Recebeu também o título de Patrimônio Natural da Humanidade desde o ano de 2001. Abrangendo um terço da ilha maior e mais as ilhas de Rocas, São Pedro e São Paulo, também é uma Área de Proteção Ambiental desde 1986. Assim, cada área protege o meio ambiente com a finalidade de assegurar a preservação das espécies e a ocupação racional deste lugar que tem sido considerado um “Santuário Ecológico”.

Figura 5 - Arquipélago Fernando de Noronha



Fonte: Ana Luck Penny (2012)

Existem inúmeras piscinas naturais que permitem o contato direto com a variada fauna marinha do arquipélago, a qual também é muito admirada através das atividades de mergulho. Nas águas mais rasas podem ser observados os peixes coloridos como a “Donzela de Rocas”, o “Sargentinho”, a “Coroca” e também as “Moreias” que assustam a muitos por seu formato semelhante à cobra. Já em águas profundas, podem ser encontrados o “Frade”, o “Budião”, a “Ariquita”, a “Piraúna”, e o “Borboleta”. Já os “Caçães”, o “Lambaru” e as “Arraias” podem ser contempladas repousando no fundo de atea ou em formações de coral.

A fauna marinha também oferece outro espetáculo aos visitantes, são os “Golfinhos Rotadores”, conhecidos por este nome devido aos saltos com a rotação do corpo, que costumam executar fora da água. Vivendo no arquipélago, costumam acompanhar as embarcações de turistas em seus passeios e fazer o seu show. Existe um projeto que estuda e protege esses simpáticos animais, existindo na ilha principal, uma baía só para eles, para onde retornam ao final do dia, voltando a sair pelas manhãs. Sendo proibida a navegação e mergulho sem prévia autorização no local, existe um mirante, de onde os turistas podem observar toda a movimentação dos golfinhos, especialmente cedo pela manhã (ROCHA, 2013).

Figura 6- Golfinhos em Fernando de Noronha



Fonte: Saulo Pereira Guimarães (2015)

Outro espetáculo da fauna marinha para o turista são as tartarugas. O projeto Tamar desde 1984 zela no arquipélago pelas fêmeas, ovos e ambientes de reprodução e avalia as suas populações. Assim, esses animais são protegidos por decreto- -lei, o qual estabelece a proibição da captura, pesca e molestamento de todas as espécies de quelônios em águas brasileiras.

Figura 7 - Fauna Marinha - Tartaruga



Fonte: Projeto Tamar (2011)

A principal atividade econômica de Fernando de Noronha é o turismo. De acordo com Gisela Maria R. e Nelson Quadros (2007), apesar de a população de Fernando de Noronha ser

relativamente recente, o ilhéu tem características próprias bem enraizadas e demonstra grande orgulho de ser “nativo”, o que gera certa resistência em aceitar quem vem de “fora”. A identidade do ilhéu é defendida na comunidade, em contraposição à identidade dos novos moradores, ou “haoles”. O turismo na ilha apresenta certa ambivalência. Por um lado, representa novas oportunidades de trabalho, geração de renda e valorização sociocultural resultando o estímulo à manutenção dos valores da comunidade. Mas também gera importantes custos sociais, informados em entrevistas realizadas com parte dos moradores, em que se destaca a ameaça ao estilo de vida e à cultura da comunidade local (ROCHA, 2013).

O Parque Nacional Marinho é a maior parte do arquipélago, 2/3 da ilha principal e inclui as ilhas secundárias. Criado com o objetivo de valorizar os ambientes naturais e a beleza cênica local, protegendo os ecossistemas marinhos e terrestres, preservando a fauna, a flora e os demais recursos naturais, é também fiscalizado pelo ICMBio e administrado na visitação pela EcoNoronha, desde 2012 (ROCHA, 2013).

Figura 8 - Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha



Fonte: Jean Yves Donnard (2002)

O estudo dessas experiências de sucesso no Brasil serviu como exemplo de atividades realizadas em áreas protegidas, ou seja, pode-se constatar que mesmo sendo áreas naturais, elas puderam ter uma atividade turística progressiva.

Observou-se que pelas belezas naturais destas áreas, havia um crescente potencial das mesmas para uma valorização local e um fluxo econômico, sendo hoje a principal arrecadação por meio da atividade turística.

Em Fernando de Noronha a atividade turística efetivou-se com tanto êxito que foi necessário regradar o turismo para adaptá-lo a capacidade de carga. Percebeu-se que os recursos naturais poderiam sofrer impactos irreversíveis pelo excesso de turistas visitando o arquipélago. Isso resultou na criação de leis para preservação e diminuição dos impactos de maneira excessiva, por meio da definição de capacidade de carga.

Podemos entender que as atividades turísticas nessas áreas contribuem como um processo de educação ambiental, podendo futuramente estimular novos estudos, trabalhos e vivências que transformem o paradigma social vigente.

4. Aplicabilidade dos instrumentos de gestão para a realidade jaguareense

Dentre as várias opções de modelos de gestão o que mais se considera uma possibilidade viável na cidade, por conta do estudo em relação aos tipos de instrumentos existentes neste trabalho e na nossa zona territorial é o Mosaico. Este modelo de gestão busca a participação, integração e envolvimento dos gestores de UC e da população local, de uma forma que compatibilize a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. O reconhecimento de um Mosaico se dá quando se têm a existência de um conjunto de UC próximas, justapostas ou sobrepostas, pertencentes a diferentes esferas do governo.

Ele contribui para a transposição de um dos principais desafios na gestão de unidades de conservação, que é a interação entre a população local, o governo local e os órgãos gestores de diferentes esferas de atuação para promover ações de proteção das áreas naturais. (MMA)

Como objetivo primordial tem a compatibilização, integração e a otimização das atividades desenvolvidas nas UCs que o compõem, tendo em vista especialmente, os usos na fronteira entre unidades; o acesso às unidades; a fiscalização; o monitoramento e avaliação

dos planos de manejo; a pesquisa científica; e a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental.

Para atingir esses objetivos, a gestão de um mosaico é acompanhada por um Conselho Consultivo, dirigido por um dos chefes das UC que deve propor diretrizes e ações para harmonizar, integrar e otimizar a gestão dessas áreas, sendo fundamental a participação da comunidade local. (MMA)

Após todos estes recursos disponibilizados para facilitar o nosso convívio com a natureza, é fundamental a elaboração de um plano de manejo, colocando em prática todos os objetivos gerais das unidades de conservação.

Este plano de manejo é um documento consistente, elaborado a partir de diversos estudos incluindo diagnósticos do meio físico, biológico e social. Estabelece as normas, restrições para o uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais das UCs, podem também incluir a implantação de estruturas físicas dentro da unidade, visando minimizar os impactos negativos sobre ela, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir a simplificação dos sistemas naturais. (MMA)

Uma das ferramentas mais importantes do plano de manejo nada mais é que o nosso início de referencial, o zoneamento da UC, que organiza espacialmente em zonas, sob diferentes graus de proteção e regras de uso. Também inclui medidas para promover a integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas, o que é essencial para que a implementação deste espaço seja mais eficiente, contendo, além disso, a elaboração de regras para visitação destes espaços. (MMA)

5. ADAPTAÇÃO DAS PROPOSTAS ESTUDADAS PARA A REALIDADE JAGUARENSE

Em alguns casos as unidades de conservação têm potencial para influenciar o incremento do turismo por meio de: investimentos em infraestrutura apropriada,

desenvolvimento de produtos turísticos de forma profissional: oferta de serviços de elevada qualidade dentro e no entorno da UC, e promoção de atividade econômica da população local por meio de parcerias com estruturas comerciais especializadas, assim como autoridades locais e regionais (TRAVKINA, 2002).

Caberia, entretanto, destacar os principais desafios no desenvolvimento do turismo, quais sejam: a coordenação entre as unidades de conservação autoridades e comunidades locais; o desenvolvimento de uma “cultura de contratos”, que aumente a capacidade deste espaço de regular a atividade turística e permita o envolvimento do setor privado especializado; a formação de especialistas no gerenciamento do turismo em áreas protegidas; e o desenvolvimento da infraestrutura, física e de serviços, em torno da UC.

Nesse aspecto, o turismo, praticado de modo sustentável, surge como grande aliado da preservação dessas unidades, uma vez que, ao gerar valor econômico, ajuda a diminuir pressões econômicas desfavoráveis à manutenção de áreas sem benefícios tangíveis aparentes. O turismo deixa de ser visto como um mal necessário, do ponto de vista dos impactos ambientais, e uma das suas componentes mais dinâmicas, o ecoturismo, ganha destaque e se transforma numa oportunidade (GORINI, 2006).

5.1. Turismo Náutico

Neste sentido, podemos ter uma proposta de turismo náutico no rio Jaguarão, não só com barcos, lanchas, veleiros, caiaques como também competições de *jet sky*³ e eventos com atividades ligadas à *stand up paddle*⁴. Além de passeios e roteiros valorizando a história local e gerando um fluxo econômico no município a partir do turismo.

Estas atividades podem ocorrer em frente ao cais no porto, onde já acontecem algumas delas de forma particular, e também em todo o percurso navegável do rio Jaguarão, e

³ Máquina com motor movido a combustível, cujo objetivo é a locomoção sobre a água. Também é conhecido como moto-aquática, já que as semelhanças entre essa máquina e a motocicleta são muitas, a exceção é que a moto promove a locomoção em meio terrestre e o *jet sky* em ambiente aquático. Fonte: Brasil Escola.

⁴ O esporte é uma mistura de surfe e remo, mas com uma prancha mais resistente, larga e maior, que pode variar entre 9, 10 e até 12 pés. O *Stand Up Paddle* é considerado um esporte saudável para o corpo e para a mente. Fonte: <http://www.maisequilibrio.com.br/>.

arredores no lado uruguaio. Assim valorizaria não só a cultura brasileira, como se tornaria um atrativo binacional, ligando a fronteira com a atividade de turismo náutico e trocas culturais.

O Rio Jaguarão é navegável num trecho de 22,5 milhas náuticas, desde a sua barra até uma pequena queda d'água, chamada de Cachoeira, local que se encontra no mesmo nível da Lagoa Mirim. Na sede urbana está localizada a colônia de pescadores Z10, onde várias famílias vivem dessa atividade. Os pescadores dessa colônia utilizam somente águas brasileiras do Jaguarão e da Lagoa Mirim, onde se distribuem de maneira que cada parilha pesca em determinado lugar da lagoa. A parilha é formada pelo pescador e seu empregado, chamado de proeiro. O fruto deste trabalho, o pescado, tinha destino certo, o cais do porto, local mais movimentado da cidade até o final dos anos de 1960. Verificado nas palavras do navegador Decio Vaz Emygdio, jaguareense e profundo conhecedor do Rio, “No fim dos anos 50, moleque de calça curta, recordo-me dos barcos atracados no cais, carregando arroz beneficiado, que ia para Pelotas, Rio Grande e outros Estados. Eram três chatas de ferro: a Sertaneja, a Mari-Maru, a Caí e o iate Aníbal, de madeira.” (SILVA, 2015 *apud* EMYGDIO, 2003, p. 156), vemos a importância que o caminho de água exercia sobre a cidade.

Por meio de alguns estudos e pesquisas tivemos o conhecimento de uma proposta de roteiro náutico no Rio Jaguarão, elaborado pelo egresso do curso de Tecnologia de Gestão em Turismo, o senhor Tibério Marques Schorn da Silva, que serviu de base e maior sustento do segmento de turismo náutico apresentado neste projeto. Eis aqui a proposta em questão: tem a intenção de apropriar-se de forma mais efetiva do recurso natural da cidade, o Rio Jaguarão, o qual teve papel fundamental na história do município e da região. Tendo seu ápice durante o ciclo do charque, ao final do século XIX a meados de 1940. Com a construção da Ponte Internacional Mauá (1930), e da Rodovia Federal BR-116, a navegação gradativamente perde sua importância, chegando a quase esgotar-se no final dos anos de 1970. Pequenos grupos particulares ainda mantêm vivas as atividades náuticas, a exemplo do Iate Clube Jaguarão, das comunidades pesqueiras e de areeiros, mas cada qual com suas restrições enquanto oferta turística.

Nesse sentido, a proposta visa oferecer uma alternativa de aproveitamento turístico do Rio Jaguarão, onde uma mescla de história e preservação ambiental permitirá ao visitante descobrir as belezas e curiosidades existentes na bacia do rio. E a necessidade de um olhar mais responsável sobre as ações individuais e coletivas que geram impactos sobre a natureza e nossa existência. Essa experiência não se restringirá ao visitante, uma vez que a população local poderá ser beneficiada com mais essa prática de lazer e entretenimento.

O ponto central do roteiro são as paisagens, a natureza e a diversidade de flora e fauna da Bacia do Rio Jaguarão, a importância da conscientização humana para conservação do ambiente natural, os impactos gerados pelo mau uso do recurso hídrico, o papel individual na preservação do bem coletivo. Dentro desta proposta seria utilizada a educação não-formal, aquela que se aprende “no mundo da vida”, com processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas.

Ao sabermos deste projeto inovador e turístico na cidade, buscamos junto ao autor da proposta o conhecimento da aplicabilidade do projeto atualmente. Com a sua autorização podemos ter informações claras que servirão como embasamento de uma atividade de turismo náutico no Rio Jaguarão de forma prática.

O projeto foi iniciado no ano de 2012, conforme descrito pelo empresário, a iniciativa era muito incipiente e com várias dúvidas na sua aplicação, porém com o passar do tempo, e com o aprofundamento do conhecimento na legislação pertinente o idealizador capacitou-se para oferecer um produto turístico no município.

Hoje o egresso do curso de Turismo possui sua própria empresa, com alguns objetivos alcançados para apresentar um serviço de qualidade, dentre eles podemos citar : a aquisição da sua própria lancha com capacidade máxima de transporte para oito pessoas; construção de um roteiro histórico cultural (onde é contada a história da cidade, curiosidades sobre a vegetação, fauna existente); mapeamento do roteiro em cartas náuticas, o melhoramento da lancha com instalação de rádio comunicador.

Figura 9 - Lancha do empresário



Fonte: A Autora (2016)

Ainda como forma de melhorar a apresentação final do produto o empresário contratou a consultoria do SEBRAE-RS, que disponibilizou uma assistência especializada na área de marketing e design gráfico, definindo não só a logo marca da empresa como também o material de propaganda e e-commerce.

Figura 10 - Logo marca da empresa



Fonte: Tibério Marques

Porém o serviço ainda não está em funcionamento, muitos pontos precisam ser definidos e acertados, um dos pontos mais complicados ditos pelo empresário é burocracia da legislação náutica, a qual dificulta enormemente as iniciativas turísticas. Alguns passeios foram realizados como teste por parte do senhor Tibério, familiares amigos serviram como primeiros turistas, buscando a qualificação do seu produto. Este passeio possibilita a prática do turismo de observação, o qual é apresentado posteriormente neste trabalho.

Figura 11 - Passeio realizado com amigos



Fonte: A Autora

Portanto o Turismo Náutico se apresenta como uma alternativa viável que permitiria a conservação das margens, por meio de outro tipo de exploração comercial, a redução na exploração de recursos não renováveis como a areia e de renováveis como os pesqueiros. Igualmente proporciona uma conscientização da população local a respeito da necessidade de preservação do Rio e seu ecossistema por meio de processos de educação ambiental associados ao turismo de observação.

5.2 Turismo Rural

O turismo rural pode ser desenvolvido em quase a totalidade do território do município de Jaguarão, uma vez que a base da economia local é a agricultura e portanto há inúmeras propriedades rurais que serviriam bem à proposta de introduzir roteiros e atividades rurais entre as opções turísticas do município de Jaguarão.

Nesse sentido, se propõe dois modelos de exploração do turismo rural, o primeiro no Estabelecimento Procedência e o segundo na Chácara das Acácias.

5.2.1. Estabelecimento Procedência

Foi denominado o nome de Estabelecimento Procedência para o local pela atual proprietária, que nos proporcionou o motivo pelo qual foi escolhido. A área pertenceu a

parentes ligados a família, por ser uma área rural e os proprietários terem um contato direto com os animais, certificam-se que é preciso ter conhecimento nas suas origens, ou seja, a procedência dos animais que serão vendidos/comprados, por esta razão surgiu o nome do Estabelecimento Procedência, pertencendo esta área a proprietária atual desde o ano de 2008.

5.2.1.1. Características

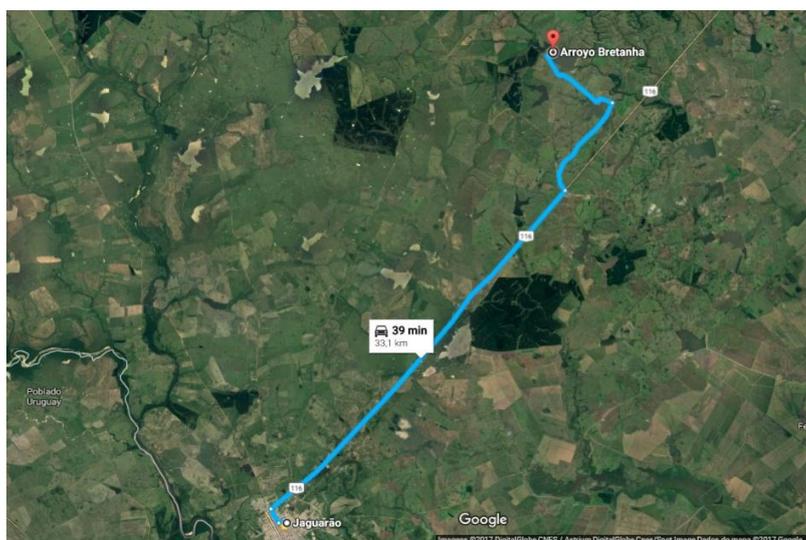
a. Área

Possui doze hectares no espaço total, contém um bosque de eucalipto, dois açudes, área com plantação de árvores frutíferas (aproximadamente 200 árvores), duas hortas orgânicas, caixas de abelhas, espaço utilizado como camping e dois galpões.

b. Localização

Estrada da costa do Arroio Bretanha, segunda zona, sem número.

Figura 12 - Localização Estabelecimento Procedência



Fonte: Google Maps

c. Acessibilidade

Acesso pela BR 116 entre as divisas dos municípios de Jaguarão e Arroio Grande, com a distância de 33Km do município de Jaguarão.

d. Infraestrutura

Para comunicação a propriedade possui internet, canais de TV e obtém sinal de todas as operadoras e infraestrutura básica como luz elétrica, água encanada, cacimba, mangueiras, entre outros.

e. Atrativos

Área de um dos açudes, podendo ser realizada pescaria no estabelecimento.

Figura 13 - Açude no Estabelecimento Procedência



Fonte: Josiane Rodrigues Marinho Caldas (2012)

Em se tratando de área para educação ambiental poder-se-ia utilizar as duas hortas, onde os turistas podem fazer o plantio de sementes, conhecendo os processos de manejo, entre outros.

Figura 14 – Horta maior



Fonte: Josiane Rodrigues Marinho Caldas (2014)

Figura 15 – Horta coberta



Fonte: Josiane Rodrigues Marinho Caldas (2014)

Há também atividades de apicultura, podendo ser feita a colheita do mel direto das caixas de abelha. A criação racional de abelhas para o lazer, ou fins comerciais, pode ter como objetivo, por exemplo, a produção de mel, própolis, geleia real, pólen, cera de abelha e veneno, ou mesmo fazer parte de um projeto de paisagismo (MARYLAND, 2006).

Figura 16 - Caixas de Abelhas



Fonte: Josiane Rodrigues Marinho Caldas (2015)

Na sequência, apresenta-se imagem aérea da propriedade onde podem ser realizadas todas essas atividades que são descritas nos produtos potenciais.

Figura 17 – Foto aérea propriedade no ano de 2012



Fonte: Josiane Rodrigues Marinho Caldas

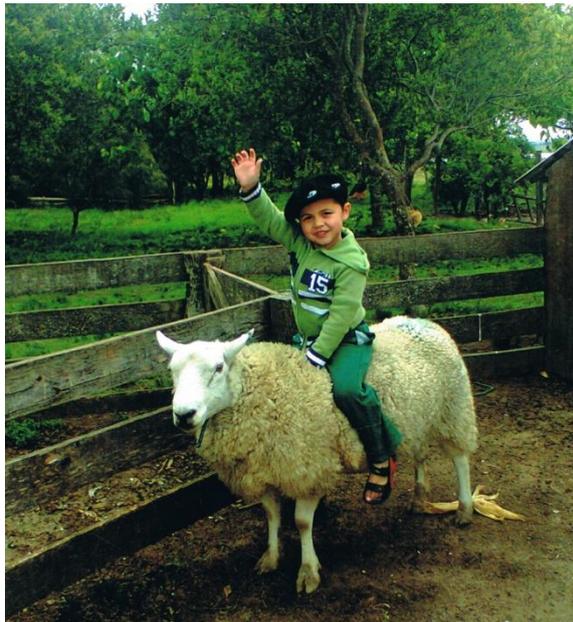
f. Produtos Potenciais

a. Vivência

Possibilidade da prática de algumas atividades na propriedade com relação a experiência no meio rural como: contato com os animais, colheita do mel, ordenha, coletar ovos de galinha, andar a cavalo, esquila⁵ e pesca.

⁵ Ato de cortar a lã bem rente ao corpo do animal, especialmente ovinos, pode ser comparado com a tosquia.
Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tosquia>

Figura 18 – Registro de contato com ovelha



Fonte: Josiane Rodrigues Marinho Caldas

b. Educação Ambiental

Prática de plantio de mudas tornando-se não apenas uma atividade de ecoturismo como também considerada uma atividade de educação ambiental e colheita de frutas nas árvores existentes na propriedade.

c. Gastronomia

Com adequação para usufruto de turistas a propriedade tem interesse em proporcionar um café campeiro e um almoço típico do meio rural com produtos produzidos na própria estância.

d. Eventos

Exposições de animais, mini rodeio com tiro de laço e torneio para crianças.

Dentre todas as possibilidades de atividades citadas que podem ser realizadas na propriedade, é perceptível o interesse da proprietária em efetivá-las, ou seja, todos os produtos potenciais são extremamente vantajosos para a mesma, e pretende torná-las reais logo que for possível. Estas atividades voltadas para um produto turístico e abertas para um público, apenas poderiam ser ofertadas com adequação, qualificação e estruturação adequadas para

recebimento deste público. Em relação ao nome do local a proprietária demonstra interesse em trocar para “Fazenda Procedência” ou “Sítio Procedência” caso se torne um produto turístico.

As funções destacadas como apicultura, esquila, plantação na horta, passeios a cavalo, ordenha já acontecem como forma de trabalho cotidiano, porém elas voltadas para o segmento de turismo ganham outra conotação tanto na parte econômica como na valorização do local com a visita destes turistas no município de Jaguarão.

5.2.1. Chácara das Acácias

Foi denominado o nome de Chácara das Acácias pelo fato da já existência do mesmo em séculos passados, contado pelo proprietário atual que tem origem histórica, ou seja, além de carregar uma memória, o proprietário também demonstra um reconhecimento para preservação do nome até os dias de hoje, pertencendo esta área ao proprietário desde o ano de 2000.

5.2.2.1. Características

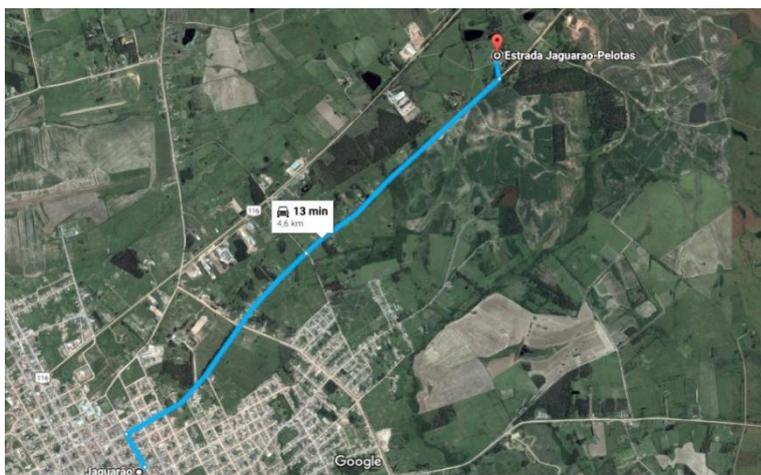
a. Área

A propriedade possui quarenta e quatro hectares de terra, com três galpões, uma casa de moradia, piscina, um açude, hortas sem utilização de agrotóxicos e diversas espécies de árvores como acácias, eucalíptos, tipuanas, palmeiras, coqueiros, taquareiras e pinheiros.

b. Localização

Estrada do Juncal 1, número 125.

Figura 19 - Localização Chácara das Acácias



Fonte: Google Maps

c. Acessibilidade

Acesso pela BR 116, entrada com estrada de chão. Pode chegar até a propriedade também pelo caminho pela Avenida Bento Gonçalves e logo em seguida entra na estrada Jaguarão – Pelotas, como mostra a Figura 19.

d. Atrativos

Área da horta principal onde todas variedades de sementes são plantadas sem uso de agrotóxicos e além de poder ser utilizada para educação ambiental pode fazer parte da vivência de turistas na chácara.

Figura 20 - Horta da Chácara



Fonte: A autora (2017)

O lazer pode ser compreendido como uma forma de tempo livre, onde as pessoas procuram descansar, passear ou mesmo praticar alguma modalidade desportiva. Para muitos praticar esporte é um lazer e possui várias opções. Assim sendo, Marcellino (2006, p. 7) afirma que “para algumas pessoas lazer é futebol, para outras é pescaria, ou jardinagem etc. etc.”. Sendo assim, este espaço em que se localiza a piscina pode ser utilizada pelos turistas como forma de lazer.

Figura 21 - Área da piscina



Fonte: A Autora (2017)

Área onde podem acontecer atividades de pescaria e também atividades de lazer, como passeio de pedalinho e turismo de observação (apresentado no item 4.3. deste projeto) contemplando as áreas naturais.

Figura 22 - Açude



Fonte: A Autora (2017)

e. Infraestrutura

Água encanada, acesso a internet, sinal de todas as operadoras, canais de TV.

5.2.2.2. Produtos Potenciais

a. Vivência

Assistir ordenha da tarde, passeio a cavalo, passeio para conhecimento da área em torno da casa moradia e roteiros de trilhas. Existentes também além do gado leiteiro, galinhas, patos, gansos e ovelhas que são encontradas na propriedade próximas da área principal.

b. Gastronomia

Possibilidade de café campeiro ofertado para turistas. Venda de doces e queijos caseiros feitos na própria chácara.

Figura 23 - Doces caseiros da chácara



Fonte: Ana Desirée (2016)

c. *Souvenirs*⁶

Lembranças feitas na propriedade como produtos artesanais, vasos com plantas ornamentais, e objetos diferenciados valorizando a área de turismo rural.

⁶ Objeto que resgata memórias que estão relacionadas ao destino turístico, lembrança. Fonte: Wikipédia.

Figura 24 - Vasinhas com plantas ornamentais



Fonte: A Autora (2017)

d. Lazer

Atividade de pesca, pedalinho, rede em área natural e piscina disponibilizada para os turistas. Ilustradas nas Figuras 21 e 22 anteriormente.

e. Hospedagem

Casa moradia, onde podem ser disponibilizados quartos para hospedagem aos finais de semana, para turistas que procuram tranquilidade e desejam estar longe da vida urbana, uma “fuga do cotidiano”.

Figura 25- Casa Moradia Chácara das Acácias



Fonte: A Autora (2017)

Com estudo e conhecimento da área e das potencialidades observamos que mesmo sendo uma área rural como a Propriedade 1, demonstram possibilidades diferenciadas e atividades direcionadas a outros setores.

O proprietário demonstra interesse em praticar o turismo na área, porém de uma forma mais simples e comercial, como a venda de *souvenirs*, acompanhamento de turistas para observação da ordenha feita com máquinas (ordenhadeiras), e logo após seria oferecido o café campeiro, onde os turistas poderiam observar de onde vem o recurso, para se tornar um produto da chácara. Além de ter a possibilidade de hospedagem aos finais de semana na propriedade, onde já estão sendo estudados os valores para este novo negócio, com direito a área de lazer, como a piscina e açude, porém pretende efetuar apenas a propaganda “boca a boca”, hospedando pessoas que tenham indicações de conhecidos e familiares.

Por questões de alta burocracia para efetivação de atividades em prol do turismo e por estar se aposentando, o proprietário expressa querer um comércio mais direto e sem muitas formalidades.

Portanto o turismo rural pode ser um instrumento de educação ambiental, na medida em que proporciona aos turistas e moradores locais uma experiência da vida no campo, introduzindo novos paradigmas e vivências, demonstrando a riqueza do bioma pampa, sua fragilidade e importância para a vida.

No Quadro 1 são apresentadas as diferenças entre as propriedades.

Quadro 1 - Comparativo das diferenças entre as propriedades

| Propriedade | Atrativos | Produtos Potenciais |
|------------------------------------|--|--|
| Chácara das Acácias | Casa moradia Piscina Açude Horta orgânica Plantação de árvores | Vivência Gastronomia <i>Souvinirs</i> Lazer Hospedagem |
| Estabelecimento Procedência | Açudes Plantação de árvores Hortas orgânicas Caixas de abelhas Camping | Vivência Educação Ambiental Gastronomia Eventos |

Fonte: A Autora (2017)

O quadro abaixo detalha as atividades que cada propriedade tem a intenção de executar.

Quadro 2 - Atividades pretendidas por propriedade

| ATIVIDADE | CHÁCARA DAS ACÁCIAS | ESTABELECIMENTO PROCEDÊNCIA |
|----------------------|----------------------------|------------------------------------|
| Pescaria | Sim | Sim |
| Passeio a cavalo | Não | Sim |
| Passeio de pedalinho | Sim | Não |
| Trilha | Sim | Não |
| Banho de piscina | Sim | Não |
| Ordenha | Não | Sim |
| Plantio de sementes | Não | Sim |
| Café campeiro | Sim | Sim |
| Apicultura | Não | Sim |
| Esquila | Não | Sim |
| Coleta de ovos | Não | Sim |
| Exposição de animais | Não | Sim |
| Mini Rodeio | Não | Sim |

Fonte: A Autora (2017)

A modo de conclusão, atualmente os produtos turísticos propostos pelas propriedades não são comercializados, porém ambos proprietários demonstram interesse da prática do

turismo em seus estabelecimentos. Mesmo sendo as duas áreas rurais, os tipos de atividades se diferenciam, demonstrando o quanto o turismo pode beneficiar e nos dar várias opções para geração de fluxo econômico, valorização cultural e preservação ambiental nestes espaços.

5.3. Turismo de Observação

O turismo de natureza ou em áreas naturais cresceu de tal forma que as atividades disponibilizadas aos turistas estão cada vez mais diversificadas. Tanto que atualmente o turista não se contenta apenas com uma caminhada ou percurso pedestre no meio natural. As caminhadas em meio natural ganharam um novo sentido e novas interpretações, e para que isso ocorra é preciso que informações mais detalhadas sejam passadas a estes visitantes de áreas naturais ávidos por conhecimento (DIAS, 2010).

Por essas e outras razões este segmento de turismo se encontra totalmente viável para o nosso município, por apresentar um grande potencial natural com suas variedades de fauna e flora, uma vasta área natural que pode e deve ser protegida, diversas áreas e propriedades rurais públicas e privadas, busca um público diferenciado e seria um atrativo a mais na cidade.

Esta atividade de observação sensibiliza e conscientiza tanto os turistas como os moradores da localidade, por possuir um caráter educativo, e se planejada de forma adequada e organizada minimiza os impactos ambientais causadas pelo ser humano, também colabora com os princípios do desenvolvimento sustentável e pode ser praticado por pessoas de qualquer faixa etária.

Podem ser realizadas em ambientes fechados, privados e também localidades públicas, como nossa área do Rio Jaguarão, Arroio do Telho Chico, fazendas, sítios, chácaras como as propriedades rurais citadas anteriormente, e todas as áreas naturais que possam ser observadas e contempladas dentro do município.

Assim, foram mapeados alguns pontos de interesse onde podem ser realizadas estas atividades.

Uma das possibilidades encontradas foi a área da Lagoa Mirim, muito frequentada pela população do município de Jaguarão e turistas do Rio Grande do Sul. Está localizada à

aproximadamente 35Km da cidade de Jaguarão, tendo uma grande área natural onde pode ser realizado o turismo de observação.

Figura 26- Lagoa Mirim



Fonte: Orvalho e Geada (2012)

Existente também o nosso Rio Jaguarão e todo o seu percurso, que se encontra em divisa com a cidade de Rio Branco- UY. Possui suas belezas naturais, fauna e flora peculiares que podem ser observadas e contempladas por meio de passeios náuticos, como citado no tópico 4.1. Foi destacado uma das áreas que podem mostrar o longo percurso que pode ser realizada estas atividades em área natural do município.

Figura 27 - Percurso no Rio Jaguarão



Fonte: Google Maps (2017)

Existe a possibilidade também de ser executada em meios rurais, como a propriedade Estabelecimento Procedência e Chácara das Acácias, dentre várias outras que são localizadas dentro do município que tenham área natural.

Figura 28 - Parte da área Chácara das Acácias



Fonte: A Autora (2017)

Figura 29 - Parte da área do Estabelecimento Procedência



Fonte: Josiane Rodrigues Marinho Caldas

Portanto, o turismo de observação pode ser um instrumento de educação ambiental, proporcionando aos turistas e moradores locais uma experiência desta prática que desperta um novo olhar sobre o meio ambiente evidenciando toda a riqueza do nosso bioma pampa e sua importância não só para o turismo como para nossa vida cotidiana.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo permitiu analisar a possibilidade da prática de ecoturismo no município de Jaguarão, para compreensão do mesmo pode-se ter a oportunidade de embasar meu conhecimento em relação ao meio ambiente e todos os instrumentos que podem ser utilizados para colaborar e minimizar os impactos no meio natural.

Ao que tudo indica estas práticas turísticas encontram-se totalmente viáveis para o nosso município, não apenas pelos recursos necessários, mas pela forma em que são pensadas e planejadas, afinal são notáveis todos os benefícios apresentados para efetivação das mesmas.

Nesta perspectiva verificaram-se algumas experiências de sucesso em áreas naturais em prol do turismo, atualmente estes locais são conhecidos mundialmente, sendo demasiadamente frequentados por este ramo que vem ganhando muito espaço no desenvolvimento econômico e potencial em diversos lugares do Brasil e do mundo.

Diante disto foi possível realizar na prática os estudos para propostas de ecoturismo no município, trazendo três segmentos que podem fazer parte da realização da atividade turística de forma sustentável.

Verificou-se que o Turismo Náutico se apresenta como uma alternativa viável, permitindo a conservação das margens, como um tipo de exploração comercial, proporcionando uma conscientização da população local sobre a necessidade de preservação do Rio oportunizado pelo roteiro turístico que será realizado no município.

Ao longo das visitas efetuadas nas propriedades rurais e durante as entrevistas foi possível verificar que existe um grande potencial econômico, social e ecológico nesta modalidade turística. Isso se dá pela profunda relação existente entre o meio rural e os ecossistemas onde esses empreendimentos estão colocados.

Os proprietários e empresários demonstram muito interesse na efetivação deste projeto e buscam estudar mais detalhadamente a ideia, ficando evidente que todos os objetivos poderão ser alcançados.

Pelo fato do município possuir muitas áreas naturais, o turismo de observação apresenta uma forma de sensibilização e conscientiza tanto os turistas como os moradores da localidade, possuindo um caráter educativo, possibilita a minimização dos impactos ambientais causadas pelo ser humano e colabora com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Por fim, com este projeto apresentado e com os estudos realizados, observou-se que é possível contribuir com o meio ambiente, através das atividades envolvidas no segmento de ecoturismo, acrescentando um novo olhar sobre a relação entre o homem e a natureza,

incluindo no cotidiano as preocupações com o meio ambiente. Deixando também lacunas para busca de futuras pesquisas e continuidade neste projeto.

Talvez o que mais nos falte para olhar a vida com outros olhos e encarar o compromisso ambiental seja o impacto que a falta dos recursos naturais podem causar. O nosso futuro se reflete em todas as atitudes que tomamos ao longo da vida. Será que estamos preparados para as consequências? O amanhã, é o agora, é hoje!

7. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Gisele Silva. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. *Revista Visões*, v. 4, n. 1, p. 83-94, 2008.

BEI, **Coleção entenda e aprenda**: Como cuidar do seu meio ambiente. São Paulo, 2002.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano**. Petrópolis: vozes, 1999.

BRAGA, Roberto. **Política urbana e gestão ambiental: considerações sobre o plano diretor e o zoneamento urbano**. Rio Claro: LPM-UNESP, p. 95-109, 2001.

CARVALHO, P. F.; BRAGA, R. **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias**. Rio Claro: LPM-UNESP, p. 95-109, 2001.

DE AZEVEDO IRVING, Marta. **Áreas Protegidas de Fronteira e Turismo Sustentável na Amazônia**: Entre o surrealismo e a invenção. Ano VIII• Nº 13• Semestral• Janeiro de 2006• Salvador, BA, p. 35, 2006.

DIAS, Reinaldo; FIGUEIRA, Victor. O turismo de observação de aves: um estudo de caso do município de Ubatuba/SP-Brasil. **Tékne-Revista de Estudos Politécnicos**, n. 14, p. 85-96, 2010.

FERNANDO DE NORONHA. **Imagem de Fernando de Noronha**. Disponível em: <<https://anyluckypeny.wordpress.com/2012/05/10/destination-of-the-week-fernando-de-noronha-brazil/>>. Acesso em 26 dez. 2016.

FEPAM. **O processo do Zoneamento Ecológico-Econômico e Enquadramento dos Recursos Hídricos**. Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/programas/zee/pag16.html>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

FIGURA PARQUE NACIONAL. **Fernando de Noronha: natureza**. Disponível em: <<http://revistasagarana.com.br/fernando-de-noronha-natureza/>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

FOTO GOLFINHOS. **Mergulhe com os golfinhos de Noronha com o Street View**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/mergulhe-com-os-golfinhos-de-noronha-com-o-street-view/>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

GASS, Sidnei Luís Bohn; VERDUM, Roberto. Subsídios ao zoneamento ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 28, p. 78-102, 2016.

GENÉSIO, Luísa. Turismo em áreas protegidas. **In: 2º Congresso de Áreas Protegidas**. 1989.

GORINI, Ana Paula Fontenelle; MENDES, Eduardo da Fonseca; CARVALHO, Daniel Mostacada Pinho. Concessão de serviços e atrativos turísticos em áreas naturais protegidas: o caso do Parque Nacional do Iguaçu. **BNDES setorial**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 171-209, 2006.

JASPER, Juliana Rose; CERETTA, Carolina Ciliane. **Turismo no espaço rural: oportunidades e sinergias contemporâneas**. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2012.

LAGOA MIRIM. **Imagem Lagoa Mirim**. Disponível em: <<http://orvalhoegeada.blogspot.com.br/2012/11/imensidao-doce-lagoa-mirim-e-lagoa.html>>. Acesso em 26 dez. 2016.

LARANJO, José Manuel. **A Gestão do turismo de natureza na rede nacional de áreas protegidas: A Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural de Sintra-Cascais**. 2011. Tese de Doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

MANETTA, Bárbara Romano et al. Unidades de Conservação. **Engenharias On-line**, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2016.

MAPA LAGOA MIRIM. **Localização via satélite Lagoa Mirim**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Lagoa+Mirim/@-32.879668,-53.6829022,181847m/data=!3m2!1e3!4b1!4m5!3m4!1s0x950ddcd744f3d867:0x8eca1ce94b0ff0e1!8m2!3d-32.7294856!4d-52.7884171?hl=pt-BR>>. Acesso em 26 dez. 2016.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer: Uma Introdução**. 4. Ed. Campinas, Autores associados, 2006.

MARYLAND BEE. **Apitherapy**. Disponível em: <<http://www.mdbee.com/apitherapy.html>>. Acesso em 07 jan. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Resoluções e normativas federais relativas ao turismo náutico**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/gtt/Vade_Mecum_Turismo_Nautico_versao_final_jan_2015_final.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2016.

MINISTERIO DO TURISMO. **Turismo Náutico: Orientações Básicas**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Nxutico_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em 26 dez. 2016.

PARQUE DAS AVES. **Projetos Apoiados**. Disponível em: <<http://www.parquedasaves.com.br/pt/projetos/item/projetos-apoiados.html>>. Acesso em 26 dez. 2016.

PLANETA VIVO. **Biodiversidade, biocapacidade e desenvolvimento**. Oakland, California 94607, EUA. 2010.

PROJETO TAMAR. **Fernando de Noronha-PE**. Disponível em: <http://www.tamar.org.br/centros_visitantes.php?cod=7>. Acesso em: 29 jan. 2017.

ROCHA, José Murilo; BRASILEIRO, Iara Lucia Gomes. Turismo em Fernando de Noronha— Uma visão de sustentabilidade a partir do estruturalismo. **Revista Cenário**, v. 1, n. 1, p. 74-92, 2013.

ROQUE, Andréia Maria; VIVAN, Antônio Marcos. O Turismo no espaço rural: uma estratégia para a nova gestão rural brasileira. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 1, n. 1, 2011.

SANTOS, Antonio Silveira R. Dos: **Programa Ambiental: A Última Arca de Noé**. Turismo de observação. Disponível em: <<http://www.ultimaarcadenoe.com.br/turismo-de-observacao-4/>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

SCHERL, Lea M. et al. As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza. Oportunidades e limitações. Gland, Switzerland, União Mundial para Conservação da Natureza-IUCN, 2006.

SILVA, Tibério Marques Schorn. **A educação ambiental em um roteiro de turismo náutico no rio Jaguarão – RS**. Jaguarão, 2015.

SOUZA, Luis Henrique de; OLIVEIRA, Marcus Vinicius Noronha de. Zoneamento turístico em Áreas Naturais Protegidas: um diálogo entre conservação, oferta de atrativos e perfil da demanda ecoturística. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 5, n. 02, p. 1-26, 2012.

TULIK, Olga. Recursos naturais e turismo: tendências contemporâneas. **Revista Turismo em Análise**, v. 4, n. 2, p. 26-36, 1993.

VEZZANI, Marco Antônio. Turismo rural e responsabilidade ambiental e ecológica no espaço rural brasileiro. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 1, 2008.